

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 10

A REVOLUÇÃO FRANCESA E A PENÍNSULA IBÉRICA



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1988

escritores eclesiásticos dos séculos V e VI, aos leigos, aos padres da Igreja Isidoriana, com destaque para a figura de S. Isidoro de Sevilha que, como refere o Autor, «domina o firmamento da cultura da época».

Como conclusão, penso que esta obra é, de facto, um valioso manual não só para qualquer estudante, mas também igualmente útil para todo o estudioso da história visigoda na Península Ibérica.

José Antunes

Francisco Bethencourt, *O imaginário da magia. Feiticeiros, saladores e nigromantes no século XVI*. Lisboa, Projecto Universidade Aberta, 1987 (310 pp.).

Este é o primeiro trabalho de fôlego realizado em Portugal sobre práticas mágicas. O autor partindo do conhecimento sólido que possui do funcionamento do tribunal inquisitorial mostra-nos o mundo em que se movimentam e actuam os agentes da magia; é esta a sua «fonte» base: os processos da Inquisição. Utiliza também, com o intuito de entender as atitudes face à magia ao nível das élites intelectuais, toda uma vasta literatura produzida por estes estratos composta por legislação civil eclesiástica bem como obras de teologia moral, catequética e parentética, principalmente de autores portugueses do tempo.

O estudo escrito num estilo muito peculiar, onde as ideias expostas são quase sempre «demonstradas» pela apresentação de uma passagem recolhida nas «fontes», lembrando por vezes a agradável e sugestiva apresentação da história feita por Jean Delumeau, está dividido em três partes fundamentais: «as práticas», «as crenças» e «o espaço dos poderes».

Depois de uma breve introdução onde deixa entender que o conhecimento do universo mental em que se desenvolve a feitiçaria e as crenças que a explicam são o objecto fundamental da obra, enceta a análise das práticas detectadas nos 94 processos da Inquisição que encontrou para este período. Aqui apresenta uma tipologia das práticas mágicas de acordo com a sua finalidade o que se afigura como um caminho interessante e proveitoso. Esta via esconde contudo alguns aspectos que nos parecem importantes. Concretamente o de ficarmos sem saber de forma clara quem eram os agentes dos diversos tipos de práticas de que fala. Isto é, coloca-se a questão de saber se qualquer mágico poderia efectuar um qualquer tipo de acção, ou se pelo contrário, as finalidades desta ou daquela acção

pressupõem o conhecimento de determinadas técnicas ou a posse de certos poderes que eram propriedade exclusiva de um certo «grupo» de mágicos.

Na segunda parte analisa as crenças que suportam a aceitação e o exercício da magia que descreveu anteriormente. Numa primeira fase evidenciando a importância do pensamento simbólico e o papel do *homo magus* neste processo. Posteriormente trata da questão da demonologia, mostrando qual a distinção entre magia lícita e diabólica e pertinentemente centrando-se nas questões da invocação, comunicação, pacto com o diabo e presença em assembleias nocturnas, referindo neste particular a quase inexistência em Portugal dos célebres «sabats» tão insistentemente perseguidos no Norte da Europa nos séculos XVI e XVII. Francisco Bethencourt apenas encontrou duas referências onde aparecem dois estereótipos habituais desta crença: o vôo nocturno e a metamorfose animal. Apesar disso conclui que foi importante no espaço português no século XVI «a função descompressora que o ajuntamento colectivo desempenha no imaginário colectivo da época, permitindo o regresso fantástico a um tempo pré-cósmico da totalidade sagrada, um tempo de abundância e não de ruptura com o quotidiano» (p. 171).

Na terceira parte reflecte sobre o espaço de actuação dos mágicos e dos agentes do sagrado. Começa por mostrar a originalidade de Portugal nesta matéria, ao identificar os mágicos. Efectivamente a caracterização sociológica da população mágica que encontrou foge bastante ao estereótipo europeu da velha, solteira ou viúva e normalmente pobre. Seria interessante verificar se isto será apenas exclusivo do século XVI ou se teve continuidade em períodos seguintes, ou se será uma especificidade apenas relativa ao universo estudado, que provavelmente estaria longe de cobrir a totalidade dos mágicos existentes. Mostra-nos também que existia uma relação quase paralela entre o prestígio do mágico e o poder da sua clientela. Ainda nesta terceira fase do seu trabalho debruça-se sobre o fenómeno de perseguição que foi movido aos agentes da magia no Portugal do século XVI. Também a este nível produz conclusões inovadoras e muito específicas do nosso território, ao constatar a benignidade por parte dos tribunais eclesiásticos e inquisitoriais, bem como dos civis, para com as práticas de magia ilícita. Actuação que diverge profundamente da atitude de «caça às bruxas» típica de certas regiões da Europa, o que segundo o seu autor radicaria na existência em Portugal de um modelo muito próprio de cristianização, mas ao que provavelmente também estaria ligada a perseguição que era movida a certos grupos, que fazia com que as miras das instituições de controle

social estivessem apontadas para outras direcções que não o extermínio ou condenação dos supostos agentes de Satanás.

Termina o seu percurso concluindo que a visão mágica do mundo domina toda a sociedade portuguesa de quinhentos, não sendo no entanto uniformes as interpretações mágicas desse mesmo mundo.

Esta obra de alguma maneira abriu um ciclo na historiografia portuguesa, pelo arejamento de perspectivas que encerra, pela temática que aborda, pelo modelo teórico-metodológico que pressupõe, ao qual não é alheia a ideia de interdisciplinaridade que nos parece fundamental em qualquer tentativa de interpretação séria do fenómeno da magia.

O estudo desta temática no que diz respeito a outras épocas, como os séculos XVII e XVIII encontra-se ainda por fazer. A visão do homem mágico ao nível popular, difícil de detectar como o próprio autor reconhece, pela escassez de informações disponíveis, mantém-na oculta. A análise do fenómeno ao nível mais restrito das pequenas comunidades, principalmente o buscar de uma inteligibilidade para as acusações de feitiçaria que decerto resultaram de uma complexa vivência comunitária plena de solidariedade e pulsões, que seguramente trará resultados curiosíssimos, está por empreender.

Se a solidez, o rigor e arejamento deste «Imaginário da Magia» frutificar noutros trabalhos de idêntico cariz, bem como por tudo o que fica dito, penso poder afirmar-se que estaremos perante uma obra chave no panorama da historiografia nacional.

José Pedro de Matos Paiva

Joaquim de Carvalho, *Obra Completa*, 5 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978-1985. O vol. I (XXIV+431 p.) apareceu em 1978; o vol. II (XX+594 p.) em 1981; o vol. III (XXVII+664 p.) em 1982; o vol. IV (XXXI+700 p.) em 1983; e o vol. V (XXVI+719 p.) em 1987.

Joaquim de Carvalho, licenciado em Direito e em Letras pela Universidade de Coimbra e doutorado em 1917 por esta Faculdade com uma tese sobre António de Gouveia e o Aristotelismo da Renascença (Coimbra, 1916), nasceu na Figueira da Foz a 10 de Junho de 1892 e faleceu em Coimbra a 27 de Outubro de 1958. Em 1918 publicou a sua tese sobre Leão Hebreu que elaborou para ascender ao magistério universitário. Revelou-se durante toda a sua vida um estudioso incansável e um